

Discurso 25 de Abril

“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.”.

Há 52 anos pelas mãos dos Capitães de Abril e do MFA, a ditadura mais longa da Europa Ocidental caía.

Igualmente há 50 anos se aprovava a Constituição da qual retirei do seu preambulo, a frase com que comecei esta intervenção.

Jurou-se então neste momento histórico a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A minha geração tem o privilégio de não recordar estes tempos, e de estes muitas vezes parecerem uma bruma distante.

No entanto, não podemos esquecer que eles existiram, e, que se não estivermos alerta podem repetir-se.

Assim sendo, devemos refletir sobre o caminho que fizemos, desde esse dia histórico para o povo português, o que fizemos bem, o que fizemos mal, o que não fizemos, no fundo o que falta cumprir dos desígnios que escolhemos em abril de 74.

Comprometemo-nos com um país mais livre, mais justo, e mais fraterno, e certo é que nestes 52 anos, os nossos direitos, liberdades e garantias evoluíram sempre nesse sentido.

Vivemos hoje num país em que legalmente o género, a cor da pele, a orientação sexual, de sermos ou não portadores de uma deficiência, são fatores socialmente discriminatórios.

No entanto, se sairmos do papel, a realidade não é exatamente esta.

A violência doméstica e no namoro são um flagelo que continua a afetar milhares de portugueses, em particular mulheres, jovens e crianças.

A disparidade salarial entre homens e mulheres continua a ser algo que nos devia envergonhar.

Nos últimos anos, nomeadamente por incentivo de certos grupos e forças políticas que se alimentam do ódio e de manipular retóricas de descriminação, verificamos um aumento nos crimes de ódio, da descriminação racial e religiosa.

Devemos ter uma política migratória responsável que proporcione integração e que evite a segregação social por falta de integração na nossa sociedade, mas, ao mesmo tempo não podemos continuar a permitir que certos grupos com intenções menos clara, e muitas vezes a tocar no criminoso, possam continuar a fomentar o ódio e a dividir a nossa sociedade.

Hoje em dia, continuamos a não dar uma resposta correta às pessoas portadoras de deficiência, tanto física, como do foro psíquico e intelectual, com um longo caminho no que tem que ver com criar mecanismos educativos e de apoio

social que possam dar a essas pessoas um futuro o mais independente possível dentro da sua condição. Durante demasiado tempo, estas pessoas e as suas famílias sentiram que o Estado chegava tarde, chegava pouco ou simplesmente não chegava.

É fundamental reforçar as respostas na educação inclusiva, no acesso ao emprego, no apoio às famílias e na promoção da autonomia pessoal. O atual Governo tem procurado dar passos concretos nesse caminho, valorizando políticas de inclusão, reforçando os apoios sociais e promovendo melhores condições para que cada pessoa possa construir o seu projeto de vida com dignidade, independência e igualdade de oportunidades.

Uma sociedade verdadeiramente justa não se mede apenas pelo crescimento económico, mas pela forma como cuida daqueles que mais precisam e pela capacidade que tem de não deixar ninguém para trás.

Não seremos nunca um país verdadeiramente livre enquanto continuarmos a ter cerca de 1,6 milhões de pessoas pobres, das quais cerca de 300 mil são crianças, e mais grave ainda quando 8,6% da população empregada, se encontra em situação de pobreza.

Continuamos a ter um sistema judicial demasiado burocrático e demorado. Continuamos a ter um país a dois ritmos, com um interior muitas vezes esquecido e sem resposta aos seus problemas.

Estes problemas não são culpa de um só governo, ou de um só partido. É necessário para que possamos deixar aos nossos filhos um país melhor do que aquele que recebemos, que se assumam compromissos e se projete Portugal a longo prazo, independentemente de ciclos partidários e governativos.

O PSD é o partido da responsabilidade, da moderação e da ambição reformista. O partido que acredita que o crescimento económico é condição essencial para garantir justiça social. O partido que defende um Estado mais eficiente, uma economia mais competitiva e um país onde o mérito, o trabalho e a oportunidade sejam verdadeiramente valorizados.

Portugal não pode continuar refém de ciclos curtos, de governações sem visão e de promessas fáceis. Precisamos de reformas estruturais, de estabilidade e de políticas que pensem no país a 10 ou 20 anos, e não apenas até às próximas eleições.

Não sinto que nestes 52 anos tenhamos falhado brutalmente com o 25 de abril, mas de certo também não fizemos tudo bem. Há muito que falta para cumprir abril, mas independentemente disso o que vivemos nestas últimas 5 décadas, é certamente melhor do que os 48 anos que antecederam a democracia. Com isto digo, que a democracia é certamente melhor do que a ditadura. E não podemos aceitar que digam o contrário, a nossa democracia tem falhas, mas compará-la a um regime que matou, torturou, prendeu e condenou à pobreza o povo

português é inaceitável. Temos de provar aos mais jovens em particular que a democracia funciona e que dá soluções às suas preocupações. Não nos podemos arriscar a cair nos discursos fáceis e inflamados.

E termino Sr Presidente.

Quando era criança, lembro-me de ouvir, em particular quando se aproximava este dia ouvir a minha avó cantar uma música, a música era “Somos Livres” de Ermelinda Duarte.

Nessa música há um verso em particular que gosto e que achei que fazia sentido incluir neste discurso, “Somos Livres, Somos Livres, Não Voltaremos Atrás”. Não voltaremos certamente.

Viva o 25 de abril

Viva a Covilhã

Viva Portugal